

SESSÕES DO PLENÁRIO

46ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 15 de maio de 2023.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES

À hora regimental, 14h45, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputado(as): Adolfo Menezes, Alan Sanches, Alex da Piatã, Angelo Coronel Filho, Antônio Henrique Jr, Binho Galinha, Bobô, Cláudia Oliveira, Dr. Diego Castro, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Eures Ribeiro, Fabrício Falcão, Fabíola Mansur, Hassan, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jordavio Ramos, José de Arimatéia, Jurailton Santos, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Leandro de Jesus, Luciano Araújo, Luciano Simões Filho, Ludmilla Fiscina, Manuel Rocha, Marcelinho Veiga, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Olivia Santana, Pablo Roberto, Patrick Lopes, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Penalva, Raimundinho da JR, Ricardo Rodrigues, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Samuel Júnior, Sandro Régis, Soane Galvão, Tiago Correia, Vitor Azevedo, Zé Raimundo Fontes e Zó. (52)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Antes de passar ao Pequeno Expediente, gostaria de submeter ao Plenário as atas das seguintes sessões ordinárias: 42ª e 43ª, realizadas, respectivamente, em 3 e 8 de maio de 2023; da 9ª sessão especial, realizada em 5 de maio de 2023; e do Termo de Abertura do dia 11 de maio de 2023.

Em discussão as atas e o Termo de Abertura que acabam de ser lidos. (Pausa) Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovados.

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Da Deputada Ludmilla Fiscina comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 10/05/2023.

Do Deputado Eduardo Alencar comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 17/04/2023.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Queria comunicar aos deputados e aos assessores que há deputados que em praticamente todas as sessões estão pedindo liberação, o que não é possível. Claro que temos que ver qual o tipo do compromisso.

Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Hilton Coelho.

O Sr. HILTON COELHO: Nobre presidente, demais deputados, pessoas que acompanham através da nossa *TV ALBA*. Ocupo esta tribuna, Sr. Presidente, para tratar do episódio da última votação que tivemos aqui, neste Plenário. Especificamente, sobre a votação do reajuste do piso aqui, na Bahia, para os educadores e educadoras do nosso estado. Foi uma sessão extremamente conturbada, acho que uma das mais conturbadas de que eu já participei.

Antes disso, eu queria relatar algo que tem uma ligação, a meu ver, com o que aconteceu naquela tarde, a votação de um projeto que excluiu uma parte significativa, muito significativa, da categoria: os trabalhadores pelo Reda, uma parte dos ativos que pertencem aos níveis 1 e 2 e muito, muito melancolicamente, as professoras e professores aposentados. Mas o fato que eu quero relatar é uma audiência pública que nós realizamos justamente para tratar do tema do piso. Essa audiência pública estava lotada e uma parte figurou com muito brilho, na presença de educadores e educadoras naquele momento, que foi a presença, justamente, das professoras aposentadas. Elas fizeram muitas falas. E essas que eram as professoras das professoras receberam uma homenagem, também muito emocionante.

O companheiro Kleber Rosa, que foi candidato ao governo do estado da Bahia, identificou uma professora e disse para ela: "Professora, você foi tão importante na minha vida que, tenha certeza, enquanto eu vivo for alguém vai lembrar de você". Na hora em que ele falou isso as pessoas, em geral, ficaram extremamente emocionadas. Essa foi uma observação que, junto com tantas outras, elucidou a situação, hoje, infelizmente, de agressividade do governo ao longo dos últimos anos em relação a essas que são as professoras das professoras, aquelas que têm uma longa carreira, fazendo com que a gente conseguisse ser qualquer coisa: ser deputado, ser médico, ser administrador, ser gari, ser trabalhadora doméstica. Enfim, ser qualquer coisa. Pelas professoras passam todos e todas.

O que me chamou a atenção nessa votação, Sr. Presidente, foi que no transcorrer da votação as pessoas, os deputados e deputadas, achavam que estavam votando apenas o piso referente aos professores e às professoras indígenas. E, pasmem, 2 dias depois, eu encontrei dois deputados, que são deputados atuantes aqui, nesta Casa, extremamente atentos, e eles me disseram que o que foi votado foi o projeto do piso dos professores e professoras indígenas. Eles não sabiam que tinham votado no projeto que excluiu, primeiro, como eu disse, os professores e as professoras pelo Reda e

excluiu os professores e professoras dos níveis 1 e 2 de maneira, a meu ver, tão violenta, tão agressiva. Excluiu uma multidão daqueles que são professores e professoras nossos, que foram dos próprios professores, inclusive.

E me chamou muita atenção porque no dia, no mesmo dia, pela manhã, nós recebemos na reunião das comissões a visita de uma multidão dessas professoras aposentadas. Uma delas foi justamente a que foi homenageada pelo companheiro Kleber Rosa, que também é professor de Ciências Sociais. Ela me disse: “Deputado, eu estou, nós estamos nos sentindo um lixo!”

Essas foram as palavras de uma professora que tem uma das maiores carreiras na rede estadual, essa que foi homenageada, que, segundo Kleber Rosa, mudou a trajetória de vida dele. Ela disse que estava se sentindo um lixo!

Eu, de maneira... Ato contínuo, quando ela falou isso...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) eu disse: “Professora, não fale! Não fale isso!” Eu quero dizer que depois eu fiquei refletindo porque eu tivera aquela atitude. Foi porque eu senti vergonha.

Eu entendia o que estava se operando aqui, nesta Casa, especialmente, contra essa multidão de aposentadas e aposentados. Eu senti vergonha, vergonha, não pelo meu posicionamento, porque todo mundo sabe aqui que diversas vezes ocupamos o espaço desta tribuna para defender a causa de se fazer justiça aos aposentados e aposentadas da educação, mas vergonha pelo que estava se operando, e se consolidou de maneira tão brutal naquela tarde de uma forma que os deputados...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) nem sabiam que estavam votando...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir.

O Sr. HILTON COELHO: Para concluir, Sr. Presidente.

(...) a exclusão de todos esses educadores e educadoras.

Eu queria dizer aos deputados e deputadas, para concluir, aqui, Sr. Presidente, que nós, vocês principalmente, devemos torcer para que essas aposentadas continuem frequentando os corredores da ALBA, principalmente para lutar, mas também porque vai ser um atestado de que essas professoras, as nossas professoras, não desistiram de nós.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado.

Deputado Hilton, eu queria dizer que para votar todos os deputados, no mínimo, deveriam conhecer o projeto. Então, se votaram no que não viram, a culpa é dos deputados, até porque cabe vista para qualquer deputado se tiver dúvida sobre qualquer projeto na Casa. É facultado a qualquer parlamentar. Se votaram sem ver no que estavam votando, infelizmente, a culpa é de quem está reclamando no caso. Não estou dizendo que é V. Ex.^a. Os outros deputados que, por acaso, não viram devem ficar atentos para os próximos projetos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Leandro.

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Muito boa tarde a todos aqui presentes. Cumprimento os colegas, os excelentíssimos deputados aqui presentes, servidores públicos e todos que aqui estão conosco. Venho aqui para falar, mais uma vez, de uma temática importante para nossa Bahia e para o nosso Brasil, que é a importância da nossa CPI para investigar as práticas do MST aqui, em nosso estado da Bahia.

Como se sabe, 30 deputados desta Casa assinaram a nossa proposição para a instalação da CPI. Em que pese termos tido um parecer contrário do jurídico da Casa, após ingressar com mandado de segurança, nós tivemos uma decisão bastante lúcida, que determinou a instalação imediata da CPI aqui, na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Como se sabe, como se tem visto por aí, inclusive na mídia, o governo Lula, os seus ministros, bem como o próprio governador do estado da Bahia preferem estar ao lado daqueles que continuam a invadir terras, continuam a levar caos ao campo, como o próprio ex-presidiário levou Stédile para a China. E como bem se sabe, o MST faz parte, está dentro desse movimento que promove atos violentos, criminosos no campo, por meio de suas lideranças. Sabemos que há famílias que são utilizadas como massa de manobra dentro dos assentamentos. Mas o governo Lula, o governo do PT continua se aliando e caminhando com esses que promovem a baderna, que promovem as invasões criminosas, que estão levando instabilidade ao campo. Como nós sabemos, muitas famílias já sofreram por esses atos violentos, e continuam a sofrer.

Então, o que eu venho pedir a esta Casa, exatamente, acima de qualquer coisa, é o respeito aos 30 deputados que se alinharam e querem essa investigação, querem a CPI nesta Casa para investigar quem são os financiadores desse movimento, quem são os autores intelectuais, quem são os executores. Isso é necessário, isso é republicano, isso é democrático. Precisamos defender e atuar no sentido... esta Casa precisa atuar na defesa daqueles que sustentam este estado, que é o agro, são os produtores deste estado da Bahia. Se não fossem esses produtores do nosso estado... Se a Bahia fosse uma empresa, podia fechar as portas porque a Bahia está quebrada. E quebrada por quê? São 16 anos desse desgoverno do PT na Bahia, mais 4 anos que vêm pela frente. É a continuidade do caos. Se não fossem esses produtores rurais, não fosse o agro, que ainda alavanca este estado da Bahia, que ainda sustenta este estado da Bahia, estaríamos numa situação muito pior, insustentável.

Então, o que eu peço, o que venho solicitando é lucidez. Foram 30 assinaturas desta Casa, 30 assinaturas, inclusive da base governista, valem ressaltar. Então, nós precisamos dar continuidade a essa lucidez, instalar essa CPI, investigar quem são e quem está por trás dessas práticas. E vou além, é preciso saber, senhoras e senhores, e trazer a exposição para a sociedade, sobre um fato que muitos desconhecem dentro do próprio movimento MST: dentro daqueles acampamentos existem famílias que estão sendo exploradas, que são enganadas por lideranças, que estão ali sendo forçadas ao trabalho sem receber nada. Para quê? Para que aqueles líderes, que são os exploradores, continuem enriquecendo. Porque há muitas lideranças do MST que têm muita terra,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que andam de carrões e iPhone no bolso, são os manipuladores. Isso precisa acabar. E famílias estão sendo exploradas dentro daqueles assentamentos, crimes estão

acontecendo ali. Isso precisa ser investigado. Agora, por que não querem? O que querem esconder? O que o grupo, o que é que o PT quer esconder? Precisamos saber. Então, solicito, aqui, o cumprimento da decisão judicial e que essa CPI seja instalada imediatamente, e que esta Casa cumpra a sua missão em favor do povo.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Robinho, o dono do Extremo Sul e Amazonas, inclusive.

O Sr. ROBINHO: Meu boa-tarde a todos e todas, presidente, é motivo de muita satisfação, mais uma vez, estarmos aqui para falar de algo interessante. Só que o que eu tenho para dizer não é interessante. Na semana passada, a Bahia recebeu, mais uma vez, a visita do ilustre presidente, por incrível que pareça, do presidente que está presidente deste país, o cargo mais nobre de um país que um cidadão possa galgar ou sonhar em ser.

Não sei por que esse homem, o nosso presidente, que chegou novamente a ser presidente, vive um momento irado e raivoso, atacando um dos segmentos, o segmento mais produtivo, que mais produz, que traz riquezas. No momento da pandemia, com *lockdown*, as portas se fecharam, e o agronegócio, o trabalhador do campo, o trabalhador rural trabalhou incansavelmente para que o Brasil se tornasse como é: praticamente um terço da produção mundial está no Brasil. E as palavras usadas na inversão de valores do presidente da República são: fascismo, negacionismo, e que os produtores rurais de São Paulo são maus-caracteres.

Eu não entendo o porquê das palavras iradas e raivosas de um presidente da República se direcionando a pessoas que, do seu trabalho, trazem a riqueza para este país. Eu não entendo o que se passa na cabeça deste presidente da República, a autoridade máxima deste país. Nada mais nada menos, de forma negativa, ele agride quem trabalha e produz.

Há uma inversão de valores. Promove-se o MST. E o que é o MST? Não existe, vive na clandestinidade. Por que vive na clandestinidade o MST, Leandro? Para fuga da Justiça, fuga jurídica, a clandestinidade.

Eu queria que qualquer alguém que defenda o MST... A primeira coisa... Vejam, eu tenho um CPF. Todo produtor rural tem um CPF ou um CNPJ. Inclusive, o STF multou e confiscou os produtores rurais em mais de R\$ 30 milhões, através do CPF e através do CNPJ.

Agora, eu quero que alguém que defenda algo clandestino, que não tem um CPF, que não tem um CNPJ, que vive na fuga jurídica, desde quando nasceu até hoje, eu queria entender isso! E o MST tem ainda indicações para cargos importantes dentro do governo! Isso é algo que fica, assim, para a gente querer entender!

Eu sou favorável à reforma agrária de forma respeitosa, porque eu entendo o seguinte. Você pega um cidadão humilde que quer viver do seu trabalho e do seu sustento e o joga debaixo de uma lona, onde ele vai conviver em atritos. Debaixo de uma lona, já é difícil produzir de forma harmônica. Imagina dessa forma?!

Então, eu sempre falei que o governo do estado tinha de interferir nisso, e apoiar a reforma agrária de forma harmônica.

Na Bahia, o que mais tem é terra, inclusive, indicações para o Incra, para que possa ser um assentado e de forma subsidiada pelo governo, porque essas pessoas, para que possam trabalhar, elas precisam de apoio.

Eu queria que o presidente falasse que o amor venceu, assim como nas suas palavras: “o amor venceu!” De forma respeitosa, eu queria que pudéssemos começar novamente, assim como ele, novamente, voltou a direcionar este país. Por isso, ele está tendo dificuldades de administrar o país, porque vive com a ira. E ninguém governa com ira. Ninguém governa com raiva.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Eu queria que ele voltasse ao amor.

O jornal *Folha de São Paulo*, de 12 de abril, fala que de 1,2 milhão de beneficiados do Bolsa Família perderam o acesso ao programa.

O amor venceu!

O meu amigo, presidente desta Casa, quando se referiu a mim aqui, ele falou “fazendeiro e produtor rural da Amazônia”... *Ciro Gomes*, presidente, falou, ontem, que o desmatamento, na Amazônia, cresceu 14% referente ao mesmo trimestre do presidente anterior.

O amor venceu!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (*Adolfo Menezes*): Com a palavra o deputado *Diego*.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Sr. Presidente, senhoras e senhores, cumprimento todos nesta Casa, imprensa, nobres colegas, venho, mais uma vez, repudiar o pacote do *Jerônimo* para a segurança pública. Este é o pacote da desvalorização, o pacote do esquecimento, o pacote do desrespeito e o pacote de como o PT enxerga a segurança pública no estado da Bahia.

Repetindo, como eu falei, no último discurso, na última quarta-feira, não temos nada contra os delegados de polícia. Muito pelo contrário! Inclusive, recebemos, mediante a Uniproseg (União dos Profissionais de Segurança Pública da Bahia), uma entidade que reúne representantes do setor da segurança pública, cerca de 12 entidades. Um deles estava incluso. Eram os delegados.

Mas, além do reajuste linear de 4%, não justifica querer dividir a segurança pública, neste momento, dando tratamento diferenciado de 9% aos delegados! Claro, queremos que seja garantido. Mas como ficam os demais profissionais da área da segurança pública? Vão ser esquecidos?

Essa é a pergunta que a gente faz ao governo do PT que falou tanto que traria a pacificação social e resolveria o gargalo da segurança pública. No entanto, o governo não tem coragem de reconhecer que, há mais de 16 anos, é o principal causador do fracasso de tudo isso.

Infelizmente, já estou preparado para que isso não seja apreciado. Mas, de acordo com o questionamento e o querer dessas entidades, na última segunda-feira da semana

passada – hoje, completam-se 7 dias –, fizemos uma coletiva de imprensa, nesta Casa, quando as entidades repudiaram e repudiam este pacote das maldades, da (Expressão retirada a pedido da Presidência.).

Esse é o verdadeiro sentimento dos profissionais da segurança pública do estado da Bahia na área da Polícia Civil. Estão incluídos: os escrivães, os investigadores, os peritos técnicos e peritos criminais, peritos médicos-legistas, peritos odontolegais, os agentes penitenciários, os grupos ocupacionais serviços penitenciais ou a futura Polícia Penal – eu espero a aprovação nesta Casa – e os soldos dos postos e das graduações da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia. Eu me pergunto: por que se esquece desses?

Eu queria, Sr. Governador, que o senhor passasse o que esses agentes passam diariamente, dando as suas vidas para proteger a sociedade. Queria que estivesse na pele do policial que foi ao meu gabinete, ganhando míseros mais que um salário-mínimo. Se for olhar, ao final das contas, com a mulher que o deixou, infelizmente, devido ao falecimento por câncer, cuidando de duas filhas e tendo de se deslocar todo dia, se escondendo, porque policial, na Bahia, é demonizado!

E o que este governo apresenta? Mais um pacote de maldades, pisoteamento e (Expressão retirada a pedido da Presidência.), porque essa é a palavra do que está acontecendo!

Então, para concluir, apresentei uma emenda aditiva, ressoando a voz dos profissionais dessas entidades que não foram ouvidas. Não houve mesa de negociação para discutir a proposta.

Eu espero, para concluir, presidente, que o governo abra olho enquanto é tempo, porque isso, digo e repito, está prestes a virar o Iraque da década de 1980.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Solicito à Taquigrafia não inserir, nos Anais desta Casa, os termos usados pelo deputado Diego.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado e líder Rosenberg.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Sr. Presidente, Srs. Deputados, servidores, servidoras, visitantes, imprensa, anteontem e ontem, não foram dias bons para o futebol da Bahia. Tanto o Bahia quanto o Vitória amargaram duas derrotas com o mesmo placar.

Mas, ontem, aconteceu, em São Paulo, deputado Robinho, a Feira Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). É possível verificar, naquele momento, a importância do movimento que, independentemente da sua personalidade jurídica, cumpre um papel singular no sentido de mostrar, para a sociedade, a necessidade de fazer uma reforma agrária neste país. É preciso que se faça uma reforma agrária. É natural haver divergências do ponto de vista comportamental das diversas instituições, inclusive do MST.

Mas nós não podemos tirar o brilho, a importância e a singularidade deste movimento que nos leva a pensar em um país que tem de ser para todos. Nós não podemos admitir que um país, com a atual concentração de renda, principalmente, na área fundiária, onde 10% da população possui a propriedade da maioria das terras deste país, enquanto a maioria da população vive segregada em lonas à beira das estradas, necessitando de um pedacinho de terra para plantar a sua alimentação e, quem sabe, produzir alimentos para a sociedade rural e urbana.

Deputado Diego, o senhor disse ter recebido, em seu gabinete, a visita de um policial militar que ganha um salário-mínimo. Certamente, esse policial militar, deputado Adolfo Menezes, não é da Bahia. Digo isso porque, na Bahia, não tem um policial militar que receba salário como esse, dito pelo deputado Diego. Ele deve ter recebido um outro policial de um outro estado, não do estado da Bahia.

Há um projeto a ser debatido e aprovado amanhã, nesta Casa. Esse foi um projeto dialogado com todas as instituições. Desafio aqueles a dizer que eu não recebi no meu gabinete ou em outros locais. Audiência pública foi feita nesta Casa.

Então, é uma falácia colocar determinadas posições na Assembleia de uma forma, extremamente, fora de contexto desta Assembleia Legislativa, com termos chulos, que não condizem com a Casa Legislativa do Estado da Bahia.

A outra questão que eu, às vezes, fico a me perguntar é: como alguém vem aqui falar dos 16 anos do governo do Partido dos Trabalhadores? Foi nesses 16 anos que nós demos voz à sociedade excluída dessa terra, foi nesses 16 anos que...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) nós construímos uma outra cultura, que é a cultura dos parlamentares visitarem, de fato, a sociedade baiana. Porque, antes disso, deputado Adolfo, o parlamentar chegava lá e ia na casa do líder da cidade, no município, e achava que visitava a cidade. Depois, numa nova política que nós trouxemos, levantamos também uma mudança de conceito do debate...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) do Parlamento com a sociedade, saindo daquela posição. Porque, se alguém achar que só visitar a liderança política no município está transferindo a sua visão ou o seu capital político para aquela pessoa, está redondamente enganado. O parlamentar hoje tem de debater com as instituições da sociedade civil organizada ou até, inclusive, da população das feiras livres, que hoje eu vejo parlamentares fazendo essas visitas. Então nós fizemos isso.

Eu quero encerrar por aqui porque, se continuar, às vezes, fica um lamento. Há pessoas que têm cargos no governo e vêm aqui falar mal do governo. Deveriam olhar primeiro, antes de qualquer coisa, para si, para depois falar do governo do qual são parte.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O deputado Alan vai falar, rapidinho.

O Sr. ALAN SANCHES: Presidente, deputados, deputadas, deputada Ivana. Eu queria, ainda – deputado Rosemberg, que está aqui –, já que percebi a intenção da

deputada Ivana, eu queria chamar a atenção aqui, que esta Casa, já há alguns mandatos, vem evitando pedir a verificação de quórum no Pequeno Expediente, que termina às 15h30min, para que possibilite, independentemente de bancada, que os deputados e deputadas possam usar da palavra.

Então, eu gostaria que, se não houver acordo para que a gente derrube a sessão antes do Pequeno Expediente, eu gostaria dessa manutenção, que já é uma jurisprudência nesta Casa, de não se pedir verificação de quórum, se não tiver acordo entre lideranças, para derrubar antes do Pequeno Expediente.

A Sr.^a Ivana Bastos (fora do microfone): Mas qualquer um pode solicitar.

O Sr. ALAN SANCHES: Não, qualquer... Eu estou com a palavra, deputado, eu estou com a palavra, presidente.

Qualquer deputado...

A Sr.^a Ivana Bastos: Questão de ordem, presidente.

O Sr. ALAN SANCHES: Tem um orador na... Eu estou usando o Pequeno Expediente.

A Sr.^a Ivana Bastos: Mas logo após o senhor terminar de usar o seu tempo, eu gostaria de pedir uma verificação de quórum. Logo após o término do tempo regimental do deputado Alan.

O Sr. ALAN SANCHES: Primeiro, eu queria que retornasse o meu tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Sem problema, Alan, fale à vontade.

O Sr. ALAN SANCHES: Na verdade, é o seguinte, a manutenção de quórum sendo solicitada, agora, não existe mais acordo nenhum com o Governo. Não vou fazer mais acordo. Se o deputado Rosemberg não tem o tamanho para liderar seus liderados, porque... Qualquer deputado pode quebrar qualquer acordo aqui? Se pode, não tem problema, não haverá mais acordo...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Alan, isso se resolve. Agora, quando V. Ex.^a terminar, a gente está vendo se mantém o acordo, claro, com a concordância dos líderes, e vocês vão pedir depois do Pequeno Expediente. Mas, em situações excepcionais como a que estamos vendo hoje, com o Plenário totalmente vazio, não tem quem falar.

O Sr. ALAN SANCHES: Pronto. Eu quero dizer que qualquer deputado tem a liberdade de solicitar a verificação ou qualquer ação...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k. A partir do Pequeno Expediente.

O Sr. ALAN SANCHES: Mas, a partir de quando nós temos um acordo já há anos, que não se pedia verificação de quórum no Pequeno Expediente...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Mas, deputado, nesses casos, como está acontecendo agora à tarde, a gente faz o quê?

O Sr. ALAN SANCHES: Haveria um acordo entre as lideranças, bancada de “a” e “b”, ou então V. Ex.^a, mas, fora isso...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k.

O Sr. ALAN SANCHES: (...) não tem sentido.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Sem problemas, sem problemas.

O Sr. ALAN SANCHES: Hoje é um caso especial, porque eu só estou vendo aqui na bancada uns quatro ou cinco deputados...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Hilton, que já falou; Rosenberg já falou...

O Sr. ALAN SANCHES: (...) entendeu? Mas eu queria que chamasse a atenção porque tem dia que se quer usar a bancada.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Sem problemas.

O Sr. ALAN SANCHES: Mas se for também o expediente, a gente pode chegar aqui às 14h35min e solicitar imediatamente, como já fizemos...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não. Caso resolvido, deputado Alan. Sem problemas.

O Sr. ALAN SANCHES: Pronto. Sendo assim, presidente, o deputado Rosenberg... Eu não estava aqui, na hora, estava acompanhando quando o deputado Rosenberg parece que queria uma substituição do deputado Jurailton na CCJ. Essa vaga não cabe ao deputado Jurailton, essa vaga na CCJ foi acordada comigo, na sala da liderança do Governo, que, se tiver de substituir será da nossa bancada...

(O deputado Rosenberg Pinto se manifesta fora do microfone.)

O Sr. ALAN SANCHES: Ah, perfeito! Então está retirada essa pauta. A gente continua de bem, eu e Rosenberg, viu?

Sr. Presidente, olhe bem, amanhã, parece-me que nós temos, inicialmente, seis projetos para votar, sendo cinco urgências que foram solicitadas pelo deputado Rosenberg, na sessão passada, e mais um, deputado Rosenberg, que foi acordado entre as duas lideranças, que seria o da reestruturação da polícia. Inclusive, o representante da Força Invicta, o capitão Igor, selou que a gente pudesse fazer esse acordo. Então, amanhã, inicialmente, nós temos seis projetos a serem votados, sendo cinco de urgência e esse último.

O que eu queria chamar a atenção, deputado Rosenberg, é que me parece que o...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. ALAN SANCHES: (...) governador Jerônimo, que é uma pessoa que, pessoalmente, gosto, é um homem republicano, mas às vezes desliza. Ele deslizou quando disse que os servidores estavam supersatisfeitos com os 4%, quando nós sabemos que 4% não faz nem a reposição da inflação do ano passado, que foi de 6%. Parece-me que não chegou aos ouvidos do governador Jerônimo essa insistência, aqui, essa mobilização...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. ALAN SANCHES: (...) de servidores da Secretaria da Segurança Pública insatisfeitos com os 4% e solicitando 9%, no mínimo, deputado Hilton. Então, parece-me que o governador Jerônimo não está acompanhando os movimentos do nosso estado, tem viajado muito e não está podendo acompanhar. Então, nós não votaremos. A Bancada da Oposição não votará a favor desse reajuste de 4%, porque o que nós estamos pleiteando é que o mesmo reajuste, que foi dado sensatamente aos delegados, seja também ampliado a todos os servidores. Porque, como nós sabemos, segurança pública precisa de uma grande família trabalhando naquilo.

Então, a gente vai pleitear esses 9%, não interessa se havia um acordo de categoria “a”, de categoria “b”, para fazer essa reposição escalonada. Mas se pode fazer reposição para os delegados, por que não fazer também para a Polícia Militar, para os agentes, para todas as categorias?

Muito obrigado, presidente Ivana.

(Não foi revisto pelo orador.)

(A deputada Ivana Bastos assume a presidência da Mesa.)

O Sr. Rosemberg Pinto: Pela ordem, presidenta.

A Sr.^a PRESIDENTA (Ivana Bastos): Pela ordem, deputado.

O Sr. Rosemberg Pinto: Minha questão de ordem vai na seguinte forma, vamos combinar, deputado Alan, o seguinte: no Pequeno Expediente, estamos combinados que nem deputado da Base do Governo, nem deputado da Base da Oposição pedirá verificação de quórum nesse período...

O Sr. Hilton Coelho: Comunicação inadiável, Sr.^a Presidente.

O Sr. Rosemberg Pinto: (...) a partir de hoje, o.k.?

A Sr.^a PRESIDENTA (Ivana Bastos): A partir de hoje. Mas já foi pedida a verificação de quórum.

O Sr. Rosemberg Pinto: Não. Então, Alan, eu só...

A Sr.^a PRESIDENTA (Ivana Bastos): Não, foi solicitada antes.

O Sr. Rosemberg Pinto: Eu só...

A Sr.^a PRESIDENTA (Ivana Bastos): Sim, senhor.

O Sr. Rosemberg Pinto: A presidenta retira o que ela fez aqui e ficamos, então, combinados, a partir de hoje, e isso fica registrado.

A Sr.^a PRESIDENTA (Ivana Bastos): O.k., tranquilamente. No Pequeno Expediente...

O Sr. Rosemberg Pinto: Qualquer alteração disso dependerá de um novo acordo entre as lideranças, certo? Porque já aconteceu de chegarem aqui deputados da Oposição, como também do Governo, e pedirem verificação de quórum.

Então, nós estamos pactuando isso aqui. O.k.?

A Sr.^a PRESIDENTA (Ivana Bastos): O.k.

O Sr. Alan Sanches: Questão de ordem.

O Sr. Hilton Coelho: Comunicação inadiável, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a PRESIDENTA (Ivana Bastos): Só 1 minuto, deputado.

Questão de ordem, deputado Alan.

O Sr. Alan Sanches: Eu gostaria de deixar registrado, deputada Ivana, ela sabe o carinho imenso que tem. A senhora retirou a questão porque a senhora não podia fazer uma questão de ordem, e a senhora agora ia ter de definir, ou não, sua questão de ordem. Mas eu posso até fazer pela senhora uma nova questão de ordem porque realmente, hoje, é um dia completamente atípico, pela quantidade de deputados.

Mas, também, deputada Ivana, foi bom esse questionamento que eu trouxe para o deputado Rosemberg, para que a gente comece essa nova legislatura com isso

acordado. E qualquer coisa, claro, como o dia de hoje é especial, a gente pode realmente finalizar a sessão, até para todos se prepararem para a sessão de amanhã, que será de votação.

Muito obrigado.

A Sr.^a PRESIDENTA (Ivana Bastos): Então, o senhor solicita novamente? Está inscrito agora... O Sr. Alan Sanches: José de Arimateia vai falar.

A Sr.^a PRESIDENTA (Ivana Bastos): (...) o deputado José de Arimateia, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. Hilton Coelho: Comunicação inadiável, Sr.^a Presidente. A Sr.^a Presidente se esqueceu. É muito rápido.

A Sr.^a PRESIDENTA (Ivana Bastos): Deputado Arimateia, um momento. O deputado Hilton Coelho, por favor.

O Sr. Hilton Coelho: Eu queria apenas fazer o registro que hoje é o Dia do Assistente Social, profissional que tem um papel muito importante, especialmente no contexto de um país tão desigual como é o Brasil, e a nossa Bahia também, Sr.^a Presidente.

Queria marcar, aqui, que a categoria permanece em luta em relação a bandeiras como as 30 horas de trabalho, a questão do concurso público e, especialmente, a presença das assistentes sociais, dos assistentes sociais nas escolas.

Muito obrigado pela tolerância, deputado e nossa presidenta também.

A Sr.^a PRESIDENTA (Ivana Bastos): Antes, aqui, deputado, quero cumprimentar os “estudantes J-Pro”, Jovens Protagonistas, sejam bem-vindos à Casa do Povo. O deputado Jurailton é quem está recepcionando vocês aqui hoje, recebam o nosso abraço, o nosso respeito, e sucesso para vocês.

A Sr.^a PRESIDENTA (Ivana Bastos): Com a palavra o deputado Arimateia.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Obrigado, presidente, que Deus a abençoe.

Sr.^a Presidente, eu venho aqui, nesta tribuna, primeiro, para fazer o registro de que nós lançamos na quinta-feira, dia 11 de maio, a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa. A vice-presidente dessa frente é a nossa amiga deputada Kátia Oliveira.

Tivemos as presenças da presidente do conselho estadual do idoso, a dona Lúcia Mascarenhas; da vice-presidente do Conselho Municipal do Idoso de Salvador, Maria Constança; da presidente municipal do Conselho do Idoso de Feira de Santana, Irene Azevedo; da superintendente de Apoio e Defesa dos Direitos Humanos da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, Trícia Viviane Lima, representando o governo do estado; da promotora de Justiça da 2ª Promotoria de Justiça de Direitos Humanos, Maria Pilar Cerqueira; da coordenadora das defensorias públicas especializadas em idosos, Laise de Carvalho; da adjunta da seção da assistência social, a aspirante a oficial Milena Cerqueira dos Anjos; da presidente da Comissão do Idoso da OAB, Dora Marcia; do vereador do município de Feira de Santana Petrônio Lima; do vereador do município de Camaçari Jair Costa; do vereador do município de Simões Filho Arnaldo Simões; da representante do presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia e conselheira do Conselho Estadual do Idoso, Lilian Leal Pinto de Carvalho; da presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas da Previdência

Social do Estado da Bahia (Asaprev-BA), Dr. Marcos Barroso; e da sociedade civil organizada.

Foi muito produtiva essa instalação da frente parlamentar, Sr.^a Presidente, e agora nós vamos lutar para que a Bahia possa levar conselhos municipais do idoso aos seus 417 municípios. Hoje, nós só temos 184 conselhos, hoje nós só temos 10 municípios que têm um fundo municipal para o idoso. Precisamos avançar, e essa frente, essa pauta, com certeza, agora, com a força do povo e com a força das instituições públicas, como o Ministério Público e a Defensoria Pública, nós temos certeza, vai avançar.

(...) Eu quero aqui agradecer as presenças do deputado Jurailton Santos, que também faz parte da frente, e dos demais deputados. Inclusive, estou até com a relação aqui, e V. Ex.^a também faz parte da frente, deputada Ivana Barros, os deputados Raimundinho da JR, Júnior Muniz, Eduardo Salles, Fátima Nunes, Diego Castro, Laerte do Vando, Pedro Tavares, Alan Sanches, Tiago Correia, Samuel Junior, Leandro de Jesus, Angelo Coronel Filho, Maria del Carmen, Patrick Lopes, todos esses deputados fazem parte da frente.

Gostaria de dizer que nós estaremos, com certeza, levando isso ao conhecimento dos Srs. Prefeitos da UPB, que tem um papel fundamental nesse processo, para nos ajudar, para que as políticas públicas em defesa da causa do idoso possam sair do papel. Para sair do papel, precisamos do apoio dos prefeitos, eles, por muitas vezes, são questionados por não fazerem ações em benefício da causa da pessoa idosa. Por quê? Porque precisa de estrutura, de recursos, mas, com a formação e a criação do conselho municipal, cada prefeito vai ter como criar o fundo municipal para o idoso. Criando-se o fundo municipal, vão ter recursos para as políticas públicas voltadas à pessoa idosa.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) Quero aqui parabenizar o deputado Jurailton por trazer os estudantes do J-Pro, Juventude Protagonista, todos são “10”, Republicanos! Parabéns! Deus... Vocês são “10”, viu?! Parabéns! Deus os abençoe. (Palmas)

Obrigado, Sr.^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Ivana Bastos): Com a palavra o último orador inscrito, o deputado Jurailton Santos, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. JURAILTON SANTOS: Pensei que eram uns 15 minutos. (Risos)

Boa tarde a todos! Boa tarde, presidente, caros colegas deputados, amigos da TV ALBA, todos os colegas seguranças que estão aqui presentes, quero parabenizar o meu colega, deputado José de Arimateia... Cadê ele, saiu daqui, foi?

(Intervenção fora do microfone.)

Está aqui? É! Dono da Princesinha do Sertão. Deputado, parabéns pela Frente Parlamentar em Defesa da Pessoa Idosa, eu estive presente, como você bem citou, gostei muito do que presenciei, a organização, a aceitação deles. Eu tenho certeza de que não só V. Ex.^a, mas também a deputada Ivana e os demais irão abraçar essa causa que é muito importante.

Mas subo a esta tribuna hoje, deputado Alan, deputado Rosemberg, para falar, deputado Arimateia, de uma ação, de um programa que eu criei, que é o J-Pro. Nós o criamos em 2022 e tivemos a primeira edição aqui nesta Casa, para onde nós trouxemos, deputado Alan, 40 jovens, que vieram conhecer a Casa do Povo, conhecer a Casa das Leis.

Estamos agora na segunda edição do J-Pro, trouxemos hoje, já iniciamos hoje, a segunda edição, e eu tenho certeza de que os jovens que estão sentados ali agora, nos ouvindo, conhecendo a Casa, eles irão sair daqui hoje com um pensamento diferente em relação à política.

A ideia do J-Pro é justamente despertar, na juventude baiana, o desejo de participar do processo político. Que eles possam saber como funciona, deputada Ivana e presidenta neste momento, como é que se cria um projeto de lei, um projeto de indicação, como é que funciona a Casa Legislativa, como é que os deputados se comportam aqui dentro.

Então, deputado Rosemberg, hoje nós temos aqui jovens estudantes de várias localidades de Salvador que irão passar 15 dias na Casa conhecendo toda a estrutura da Assembleia Legislativa, aprendendo como é que se cria lei, como é que se cria o projeto de indicação, qual é o primeiro passo, para onde vai o projeto de indicação de lei, de que forma ele tramita na Casa.

Eu tenho certeza, meu colega de bancada, de partido, Samuel Junior, que esses jovens irão sair daqui com a cabeça diferente, com interesse em participar do processo político.

Muito obrigado, presidente, um abraço a todos os “jovens J-Pro”! Como bem disse aqui o deputado Zé de Arimateia, vocês são “10”! Um abraço!

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Ivana Bastos): Não havendo mais nenhum orador inscrito, declaro encerrada a presente sessão.

Boa tarde a todos!

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) senhores(as) Deputados(as): Cafú Barreto, Eduardo Alencar (justificada), Fátima Nunes, Felipe Duarte, Júnior Muniz, Júnior Nascimento, Marcinho Oliveira, Matheus Ferreira, Niltinho, Pancadinha e Vitor Bonfim. (11)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.